

Santuário de guerrilheiros:
A floresta como espaço da
guerra nos anos da Ditadura
Militar

Sanctuary of guerrillas: The
forest as a space of war
in the years of the Military
Dictatorship

Daniel Faria¹



Resumo: esse artigo discute as figurações da floresta, como espaço social, na Ditadura Militar brasileira. Para tanto, parte-se de uma breve discussão sobre como a tradição intelectual brasileira hegemônica lidou com o tema da floresta e da natureza tropical. Depois, comparam-se as percepções de militares e guerrilheiros sobre a floresta, em três situações distintas, a guerra do Vietnã, a guerrilha de Che Guevara na Bolívia e a Guerrilha do Araguaia, mediante o uso de instrumentos conceituais da filosofia de Henri Lefebvre. Os indígenas surgem, ainda, como uma outra voz, que traz para as florestas a dimensão de uma outra cosmologia. A proposta desse artigo não é procurar um denominador comum a essas diferentes figurações da floresta, mas mostrá-las em seus conflitos e sua complexidade, pensando a floresta como espaço de múltiplas e conflitantes concepções. **Palavras-chave:** Florestas; Ditadura Militar; Guerrilha; Espaço Social; Pensamento Militar.

Abstract: This article discusses the figurations of the forest, as a social space, in the Brazilian Military Dictatorship. To do so, it starts with a brief discussion about how the hegemonic Brazilian intellectual tradition dealt with the theme of the forest and tropical nature. Afterwards, the perceptions of the military and guerrillas about the forest are compared, in three different situations, the Vietnam War, Che Guevara's guerrilla in Bolivia and the Araguaia Guerrilla, through the use of conceptual instruments from the philosophy of Henri Lefebvre. Indigenous peoples also appear as another voice, bringing the dimension of another cosmology to the forests. The purpose of this article is not to look for a common denominator to these different figurations of the forest, but to show them in their conflicts and complexity, thinking of the forest as a space of multiple and conflicting conceptions. **Keywords:** Forests; Military Dictatorship; Guerrilla; Social Space; Military Thinking.



A Natureza, diz um conhecido poema de Baudelaire, “é um templo onde vivos pilares / Deixam filtrar, não raro, insólitos segredos; /O homem o cruza em meio a florestas de símbolos/ Que ali o espreitam com seus olhos familiares” – na tradução de Ivan Junqueira, as “forêts de symboles” do original são vertidas como “bosques de segredos” (BAUDELAIRE, 1985, p. 115). A floresta é uma metáfora para um mundo complicado, que se apresenta como multiplicidade de sentidos, potencialmente indecifráveis.

Esse artigo é uma discussão sobre os símbolos que se emaranharam em torno da floresta como espaço social, durante a Ditadura Militar. Esses símbolos se superpuseram, entraram em conflito, porque foram manejados por agentes sociais que lutavam dentro da e pela apropriação da floresta. Nesse passo, não apenas metafórica, mas literalmente, a floresta se tornaria uma rede complexa de significados. Também um espaço decisivo, uma vez que nele se desenrolaram muitos dos confrontos mais marcantes do período, como a luta armada.

Vamos ver mais à frente a perspectiva de cada um dos grupos sociais envolvidos nessa disputa na e pela floresta (militares, guerrilheiros e indígenas), mas antes precisamos considerar que o espaço da floresta já vinha sobrecarregado de significados e expectativas – sobretudo no caso de militares e guerrilheiros, não de todo despidos de uma leitura da floresta como espaço exótico, recoberto por ideias, imagens, derivadas de uma tradição intelectual que o via como espaço-limite, sublime, obstáculo a ser conquistado e, para o bem ou para o mal, supostamente intocado pela História e pela Civilização.

O filósofo tcheco Vilém Flusser esteve no Brasil entre 1941 e 1972. Inspirado por essa experiência de migração, ele escreveu um livro curioso em que ele buscava fazer uma “fenomenologia do brasileiro” (FLUSSER, 1998). Fenomenologia no sentido de um estudo que procurava entender o Brasil sem o recurso a ideias preconcebidas e valores prévios. Flusser procurava, no Brasil, uma resposta para as catástrofes da História do Ocidente. Mas não via o país como uma espécie de utopia localizada geograficamente, e sim como uma saída potencial e ainda não realizada do pesadelo da História. No prefácio ao livro, Gustavo Bernardo observa que ele foi escrito na fase final da ditadura militar (FLUSSER, 1998, p. 20). E, de fato, o livro tem muitas marcas do período ditatorial: sobretudo as promessas grandiosas da propaganda e do “milagre brasileiro” e a atuação da esquerda revolucionária. O trágico, em Flusser, é que tanto a esquerda quanto o governo tentavam promover uma corrida rumo ao progresso, à História, justamente os fatores catastróficos do Ocidente.

Há, no livro, um capítulo específico sobre a natureza. A natureza brasileira,



para Flusser, era p rfida (FLUSSER, 1998, p. 67). Ela prometia a vida, embora fosse monótona e tendesse ao infinito, não apresentando, segundo Flusser, aos olhos do imigrante a variedade e a beleza prometidas pela propaganda e pela literatura romântica. Pior ainda, essa natureza que parecia fértil apenas entregava a morte e o vazio. A floresta, para Flusser, seria inaproveitável, “dada a mistura caótica das espécies botânicas”. Por outro lado, quem quisesse derrubá-la e fazer agricultura, logo descobriria que seu subsolo   um “deserto de pedra”. Um obstáculo, aparentemente intransponível, para o progresso e a marcha da História. Mas esse sentido de obstáculo tinha, nesse autor, um aspecto paradoxal, porque ele não fazia o elogio do progresso. O progresso seria o caminho da catástrofe.

Não se trata aqui de avaliar se essas teses de Flusser sobre a floresta são corretas ou não. O fundamental   ver nesse livro um testemunho filosoficamente informado sobre as ideias sobre a floresta no Brasil dos anos 1970. E embora o autor se propusesse a fazer uma fenomenologia, ou seja, um relato de experiência não mediada por valores e conceitos,   evidente que ele repercutia lugares-comuns da tradi o intelectual brasileira, em particular os chamados “intérpretes do Brasil”. Há toda uma estrutura conceitual informando a obra de Flusser, estrutura que trabalha sob o pressuposto de que natureza e cultura são nitidamente distintas, e mesmo opostos (DESCOLA, 2016) e de que a floresta tropical   mais selvagem das naturezas.

Stella Bresciani, discutindo essa tradi o dos intérpretes do Brasil, em clássicos como Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre (BRESCIANI, 2001), nota como um de seus temas recorrentes   o desajuste entre civiliza o “importada” da Europa e paisagem tropical. A autora cita as considera es de Sérgio Buarque sobre o fracasso da tentativa de implanta o de uma cultura europeia numa natureza estranha àquela tradi o, o que faria dos brasileiros “desterrados em nossa terra” (BRESCIANI, 2001, p. 413). Alude ainda ao manifesto pau-brasil, de Oswald de Andrade, que apresenta, entre as dualidades que dilaceram a na o, a entre “escola e floresta”. Nesses autores, o meio tropical seria aparentemente luxuriante, fértil, desafiando os sentidos com seu excesso de luz, sombras e cores, mas esconderia em si a morte e o horror. Nessa linha de pensamento, a paisagem tropical seria um dos fatores decisivos de um suposto fracasso civilizacional da América do Sul. Mesmo num autor, como Gilberto Freyre, que fazia um elogio ao Brasil como potencial nova civiliza o tropical, encontramos essas mesmas ideias. A natureza tropical seria, em suas palavras, “viveiros de larvas, multidões de insetos e vermes nocivos ao homem”



(FREYRE, 1999, p. 15).

Entre os chamados intérpretes do Brasil, bem como em Vilém Flusser, a floresta era lida sob o prisma do sublime. A experiência do infinito que desafia os sentidos, que extravasa os poderes do bom senso de entender a realidade. Daí o sentido de limite, de espaço que, ou seria dominado pelos poderes da razão, ou aniquilaria aqueles que com ele se defrontassem. Mas existem outros caminhos na tradição intelectual brasileira sobre a floresta. Em autores como Euclides da Cunha e Alberto Rangel, a floresta era povoada de vida social. Permanecendo como espaço-limite da nacionalidade, mas não apenas por seu aspecto de natureza sublime, e sim por ser palco da violência que fez a marcha do progresso. Essa linha interpretativa da tradição literária brasileira foi minuciosamente estudada por Francisco Foot Hardman (HARDMAN, 2009). A Amazônia, o “inferno verde” de Alberto Rangel, seria uma ruína da modernidade. O sonho de conquista do mundo pela razão passava pela destruição. Socialmente, a imposição forçada do progresso produzira miséria. Nessa chave, a cultura brasileira seria marcada por “massacre, batismos silenciados, incorporação dos tiranos ancestrais da sujeição voluntária” (HARDMAN, 2009, p. 140).

Essas ideias sobre a floresta, em particular a Amazônia, também remetem à figuração das populações indígenas na tradição literária brasileira (FINAZZI-AGRÓ, 2013). Embora, evidentemente, não devesse ser considerado “natural” a associação irrefletida entre indígenas e floresta, essas populações são tratadas como partes mais ou menos inconscientes daquela realidade dita sublime. Seriam aqueles que sucumbiram aos encantos da floresta, ficando assim de fora da marcha da História. Nessa chave, a floresta o “inferno verde” que ameaçava aniquilar as identidades (FINAZZI-AGRÓ, 2013, p. 223).

Até aqui, portanto, duas linhas de interpretação, não necessariamente contraditórias entre si: a floresta como espaço sublime e “pérfido”; a floresta como ruína da modernidade. Menos predominante, há uma terceira possibilidade: a ideia da floresta como espaço marcado por uma outra cosmologia, que não a ocidental moderna. Falando sobre os mitos do Amazonas, Luís da Câmara Cascudo afirmava que: “os medos de cem tribos se espalham na noite quente e capitosa povoando de assombros a floresta sem fim e os rios enormes” (CASCUDO, 1983, p. 6). Numa leitura informada pela ideia reducionista de folclore, Cascudo percorria assim mitos, como o Caapora, que remeteria etimologicamente apenas aos habitantes do mato” (CASCUDO, 1983, p. 92); Curupira, o duende selvagem (CASCUDO, 1983, p. 84), marcado por ter seus pés voltados para trás, com suas pegadas invertidas que confundiam seus



perseguidores; Iara, a Mãe D'água, um misto entre os mitos portugueses sobre as sereias e os monstros indígenas devoradores de gente (CASCUDO, 1983, p. 127); Anhangá, o deus da caça, mas também a alma dos mortos, que vagava pelo mundo sem repouso (CASCUDO, 1983, p. 82) etc. Sem se preocupar em entender seu estatuto cosmológico, essas “lendas” faziam parte de uma cultura popular em que o mundo ainda era encantado. Essas lendas seriam também sintoma de um medo ancestral; a floresta, um mundo povoado de fantasmas.

Frente a essa tradição aqui delineada, não vamos procurar um denominador comum, um imaginário homogêneo sobre a floresta como espaço social durante a Ditadura Militar. Ao contrário, a ideia é mostrar que havia uma multiplicidade de sentidos, num espaço em disputa – literalmente, um palco de guerra. Ou seja, a floresta como floresta de símbolos. Para tanto, as fontes aqui analisadas são, sobretudo, livros do período, parte da cultura de esquerda, em que a floresta era tematizada como espaço da revolução. Cultura esta estudada exemplarmente por Marcelo Ridenti, inclusive no que tange ao mal-estar com o espaço da cidade, que comentaremos adiante (RIDENTI, 2010). No campo dos militares, traremos livros de geopolítica e manuais de combate à guerra de guerrilhas, inspirados na doutrina da Guerra Revolucionária (MARTINS FILHO, 2008).

Talvez, esses dois atores, militares e guerrilheiros, fossem suficientes para a produção desse artigo. Mas incorreríamos no erro de parte predominante da historiografia da Ditadura Militar que tende a ignorar a existência de outros grupos sociais. Por isso, para os indígenas, recorreremos a produções baseadas em fontes orais, mas também a livros que trataram da sua situação naquele período.

E uma nota teórica: recorreremos ao conceito de espaço social de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 2013). A ideia de espaço social é a de integrar o espaço na história. Pensar o espaço não como dado natural, matemático, físico, em que a história acontece, como um cenário neutro; e sim o espaço resultante de investimentos, de produção, de intervenção social. Em Lefebvre o espaço não é um dado, uma coisa inerte. Ao contrário, pulsa, palpita, flui, gerando interpenetrações de diferentes temporalidades (MERRIFIELD, 2010, p. 171). Cada espaço presente é resultado de processos complexos. Isso valendo também para a floresta – não pensamos aqui que o espaço social seria o espaço das cidades e a floresta seria um espaço supostamente intocado, de natureza selvagem. Além disso, o espaço social é produzido mediante uma multiplicidade de ações, desde os aspectos mais óbvios como a produção de bens, a construção de rodovias e quartéis, até o campo das ideias, que procuram dominar, controlar e prever as ações que se



desenrolam num determinado espaço.

Para Lefebvre, o espaço social pode ser estudado mediante a consideração de três níveis que o organizam (isso como instrumento de análise, porque na vida social esses aspectos estão entrelaçados): o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido. Concebido, o espaço é analisado, interpretado, mas também projetado por geógrafos, militares, urbanistas, tecnocratas. Percebido, o espaço é habitado por práticas sociais cotidianas, o ver, o tocar, o mover-se entre rotas, redes. Vivido, o espaço é densamente povoado de símbolos, de imaginário, remetendo ao sagrado. Veremos esses três aspectos nas fontes analisadas: a floresta como espaço a ser conquistado pela guerra e suas estratégias; a floresta como espaço permeado de sinais, um desafio à interpretação pelos que lhe são estrangeiros; como espaço vivido, um espaço de produção de novas subjetividades e onde toda uma outra cosmologia, que não a Ocidental moderna, ganha vida.

E uma última nota teórica: para Lefebvre, a história do capitalismo é a história da expansão do espaço abstrato, daí também a predominância do concebido sobre as outras duas dimensões do espaço social (mais como processo do que como dado acabado, as dimensões passionais, imaginárias do espaço são situadas em espaços outros, daí, por exemplo, todo o imaginário em torno da floresta em oposição ao espaço mecanizado da cidade). O espaço abstrato é o que pode ser quantificado, medido, ponto de encontro entre a expansão do capital que torna todo o mundo passível de ser trocado e assim convertido em mais capital, e o pensamento geopolítico que visa a controlar militarmente o espaço social. Assim, como veremos, os militares tinham uma visão da floresta como espaço abstrato, a ser conquistado por estratégia, construção de estradas e quartéis; os guerrilheiros tinham essa dimensão, afinal de contas, a floresta era para eles um meio e não um fim em si mesmo, mas também traziam outras experiências, sobretudo por acreditarem que a floresta era um espaço de transformação subjetiva; no caso dos indígenas, encontramos-nos com o limite dessa classificação forjada para o entendimento da história do capitalismo, o espaço abstrato parece ausente, e não é possível distinguir o espaço vivido do percebido.

Guerra de guerrilhas na floresta

Talvez devido às experiências acumuladas da clandestinidade e do exílio, o livro de memórias de Herbert Daniel é dos mais sensíveis à questão do espaço



social. Diz o autor:

No vasto jardim de mais de oito milhões de quilômetros, ainda por cima quadrados, cada um teria espaço para se perder – e se apavorar, se fosse o caso, na grande extensão descoberta. Mas um país não seu espaço: somos muitos e nos reunimos, amontoados, em praças e becos de circuito fechado. Estamos trancados nas estreitas embalagens de cimento, aço, fumaça, pressa, ruído e outros materiais duros. Esses conglomerados se chamam cidades: palco ou campo santo de uma guerrilha que se urbanizou sem querer. O guerrilheiro na urbana lide existe pouco e disfarça sempre. Só se individualiza em poucos momentos, quando ataca o inimigo. A maior parte do tempo se perde na turvação do anonimato e procura não ser ninguém. Exercício de transparência, como cada qual conhece atravessando uma multidão. Cada um na colmeia carrega seu precioso segredo, o mistério da sua individualidade que faz pensar: neste grupo sou *eu* o diferente. Pressupõe – o indivíduo na malta só faz assim – que os outros são iguais entre si. A massa urbana, para qualquer militante revolucionário clandestino, deve ser seu esconderijo. Sua floresta, sua paisagem, onde se humaniza. Essa ideia eu tinha nos primeiros tempos de clandestinidade, quando ainda achava que vivia uma revolução em marcha. A gentama como escondedouro é um conforto: a clandestinidade é aqui uma forma de reconhecimento. Todos me protegem e nos protegemos todos: um dia sairemos todos do açoite, o povo romperá sua passividade e se tornará personagem ativo, açoitando abertamente na política. Não durou muito tempo essa ilusão. Rapidamente percebi que a massa não era um alojamento, mas a minha solitária. No meio dela me perdia e não reconhecia ninguém, como ninguém poderia me identificar. A gente era a cidade, muralhas cinzas (DANIEL, 1982, p. 106).

A massa urbana deveria ser a floresta do guerrilheiro. Ou seja, a massa urbana estava, metaforicamente, recobrando esse outro espaço, que deveria ser o lugar por excelência da guerrilha. A cidade é cinza, a vida deveria ser verde. Com toda densidade poética dessa passagem, esse anseio pela floresta não era uma peculiaridade de Herbert Daniel. Em suas memórias sobre o Presídio Tiradentes, Renato Tapajós nomeou seu capítulo sobre o Presídio Tiradentes como “floresta de panos”. O presídio sendo esvaziado, com lençóis espalhados,



e roupas de ex-detentos, Tapajós teria ouvido de Diógenes Sobroza um relato vívido sobre a fuga do Vale do Ribeira com Lamarca. Nesse momento, o presídio se tornava, magicamente, a floresta ansiada:

O labirinto de panos se transformava, durante horas, nas florestas do vale do Ribeira e nós atravessávamos riachos, terrenos pantanosos, cruzávamos com os habitantes da região e combatíamos o inimigo. Por vezes, saindo da leitura do livro de Heinlein para o relato do companheiro, eu via os soldados da PM como gigantescos insetos extraterrestres, desembarcando de naves parecidas com caminhões verde-oliva e tentando dominar o mundo a mando dos senhores de Brasília (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997, p. 350-351).

E o que os “senhores de Brasília” pensavam sobre a floresta?

A IMPOSIÇÃO MILITAR DO ESPAÇO ABSTRATO SOBRE A FLORESTA

Em 1967, o ministro do Exército General Lyra Tavares, propunha, como áreas prioritárias, em termos geopolíticos, a consolidação de Brasília, como sede do governo e integração do Planalto Central, o Nordeste e seus problemas sociais, e a Amazônia, que, em suas palavras, precisava ser definitivamente ocupada (LYRA, 1968, p. 133). Outro militar importante para o pensamento geopolítico daqueles anos, o general Meira Mattos, elogiava o formato homogêneo do território brasileiro, ao mesmo tempo em que via nos trópicos um obstáculo à segurança (MEIRA MATTOS, 1974).

Nesse contexto, a construção das grandes rodovias, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, seria proposta como medida estratégica, unindo conquista econômica e segurança nacional.

Entre as vulnerabilidades do país, destacava o general Lyra Tavares que o território “ainda não (era) inteiramente conquistado pela civilização”, daí também a centralidade da questão da rede de transportes (LYRA, 1958, p. 202). Aspectos econômicos e militares se mesclavam ao ponto da indistinção: a colonização econômica era parte da segurança; estradas e quartéis eram, assim, parte de um mesmo empreendimento. A Amazônia era pensada como uma espécie de vazio, um elo fraco na segurança política do país.



A preocupação era também estritamente militar, porque segundo os manuais de contraguerrilha, a floresta era um dos terrenos mais favoráveis à subversão (BRASIL, 1968). Dizia o manual da campanha que uma guerrilha era caracterizada pela desigualdade de forças, ou seja, um pequeno grupo de militantes enfrentando uma poderosa máquina militar. Diante dessa desigualdade, a guerrilha procurava formas de prevalecer, recorrendo a táticas como ataques de surpresa, mas também buscando o apoio da população. A guerrilha partia de um início marcado pelo nomadismo, em que poucos guerrilheiros se moviam permanentemente num terreno favorável, até a gradual construção de um poder alternativo ao Estado. Entre as condições favoráveis à guerrilha, eram citados o relevo abrupto, cobertura vegetal intensa, obstáculos naturais, escassez de vias de transporte. Mas também aspectos políticos como má administração local, situação econômica precária, baixo padrão de vida (BRASIL, 1968, p. 97). A vegetação intensa e o relevo abrupto eram considerados favoráveis à guerrilha porque impediam a livre circulação da maquinaria militar moderna. Tanques e blindados eram inúteis nas florestas. Aviões poderiam as sobrevoar e nada perceber do que acontecia, porque a vegetação encobria a visão. Ou seja, numa floresta, as Forças Armadas, se quisessem combater, eram forçadas a descer ao terreno e enfrentar embates corpo-a-corpo contra guerrilheiros, os quais conheciam intimamente o terreno.

Em manual militar produzido depois da Guerrilha do Araguaia, voltado especificamente para a agentes do sistema DOI-CODI (JOFFILY, 2013) o Centro de Informações do Exército indicava as competências necessárias ao combate da guerrilha na selva (BRASIL, 1975). O Agente encarregado de fazer os primeiros levantamentos sobre a situação da guerrilha numa região determinada deveria ser preparado com documentação falsa, descaracterizado militarmente, aparentando ser um civil; o Agente deveria também ser instruído quanto às exigências da sobrevivência na selva, os primeiros socorros, a caça, a pesca, o conhecimento da vegetação, bem como aprender a rastrear, observando marcas deixadas pela passagem de guerrilheiros, aprendendo a distinguir os sons humanos dos animais, e detectando mesmo os odores (como os de cigarro). O Agente deveria aprender a andar pela floresta sem produzir ruídos, conhecer as formas de abrigo, de acender o fogo, de conservar a carne. A visão da floresta como lugar de contraguerrilha era eminentemente instrumental, um espaço a ser dominado.




O VIETNÃ E A INTIMIDADE COM A FLORESTA

Antonio Callado, em sua reportagem sobre o Vietnã do Norte, em 1968, colocava a questão: “como um povo tão pobre e desamparado ousa afrontar um destino que devia considerar acima de suas forças” (CALLADO, 1977, p. 20). A temática era comum à época: de um lado, o poderio militar dos Estados Unidos; de outro, o povo vietnamita usando, como armas na luta pela sobrevivência, artefatos fabricados com os restos das próprias bombas que o exército estadunidense despejava e, sobretudo, com aquilo que a floresta tropical lhes oferecia. Uma floresta, para Callado, “inquietantemente brasileira” (CALLADO, 1977, p. 24). Assim, na resistência vietnamita Callado via duas forças em ação: a superioridade moral (dizia o autor que os soldados estadunidenses não sabiam a causa de sua guerra) e a fortaleza da floresta, capaz de derrotar o exército mais poderoso do mundo.

O livro mais vendido à época, no Brasil, sobre o tema era a reportagem de Wilfred Burchett (BURCHETT, 1967). A obra também acompanhava militantes, como leitura obrigatória para o estudo da arte da guerrilha. Por exemplo, relata Alfredo Sirkis que, nos momentos de tensão durante o sequestro do embaixador suíço, ele passava os dias lendo o livro de Burchett (SIRKIS, 1988, p. 281). Em 1968, o livro já chegava à segunda edição. Em linhas gerais, a tese de Burchett é a mesma de Callado: haveria no Vietnã um combate extremamente desigual, onde o mais fraco derrotava o mais forte devido à sua superioridade moral e a ao terreno em que a guerra acontecia. Os vietcongs teriam montado uma rede de resistência armada, juntando aldeias, fazendo de camponeses combatentes cotidianos contra uma ocupação estrangeira. Frente a um inimigo que conhecia completamente o seu terreno, que agia de modo repentino e depois se escondia nos abrigos recônditos da floresta, o exército estadunidense se via colocado na posição de ter que promover uma destruição total, uma guerra movida contra a própria floresta (daí, o uso de armas químicas de desfolhamento das árvores). Ou, então, seus soldados eram obrigados a entrar no terreno desconhecido, expondo-se a emboscadas realizadas por guerrilheiros que se escondiam entre árvores, cavernas, túneis. Diante disso, os estadunidenses, com apoio da ditadura diemista no Vietnã do Sul, optavam por tentar militarizar a floresta, criando as chamadas aldeias estratégicas (aldeias cercadas, altamente vigiadas e isoladas do mundo ao seu redor). Resistindo a isso, os vietcongs recorriam aos venenos da floresta, às veredas, seus caminhos ocultos.

O livro de Burchett tem inúmeras descrições de batalhas que remetem a



um profundo conhecimento do espaço percebido, o espaço cotidiano. Como uma árvore podendo se converter numa lança-estacas, raízes virando armadilhas, uma variedade infinita de instrumentos que tornavam a própria floresta uma arma de guerra, superior à máquina militar estadunidense e seus metais. Mas tudo isso temperado com a ideia de que, no Vietnã, a principal força de resistência era a própria população. Seu conhecimento íntimo da floresta não derivava de estudos estratégicos e sim da própria vivência. Numa sabedoria ancestral, como a dos M'nong e seu profundo saber sobre os elefantes, os quais eram adestrados devido à sua extrema sensibilidade aos sons, sendo atraídos pelos M'nong por meio do uso dos sons vindos de uma trompa de búfalo (BURCHETT, 1967, p. 195). Um desses aldeões teria dito a Burchett a seguinte história:

Na minha aldeia havia um velho que tratava os seus elefantes com uma doçura particular. Os diemistas mataram-no de maneira muito cruel. Durante sete dias o elefante chorou e recusou alimento, depois morreu: de desgosto. Um dia, houve uma incursão diemista. Fugimos, esquecendo que deixáramos um elefante preso na aldeia. Sabendo que viriam desatá-lo, o inimigo enterrou uma granada depois de ter ligado a cavilha à corrente. O elefante deve ter desconfiado, porque não se mexeu. Quando chegaram dois camaradas para o levar, o elefante fez tudo o que pôde para lhes explicar que se passava algo de anormal: marcava passo, agitava a tromba, rebojava os olhos. Mas os camaradas não compreenderam. Quando desapertaram a corrente, a granada explodiu, matando um e ferindo o outro. O elefante também ficou gravemente ferido. Chorou, berrou e morreu ao fim de alguns dias (BURCHETT, 1967, p. 198).

CHE GUEVARA NAS SELVAS DA BOLÍVIA

A ideia de Che Guevara não era exatamente reproduzir a mesma situação do Vietnã na América Latina, ele considerava que as histórias das duas regiões impunham diferentes estratégias revolucionárias. Mas, para além de sua famosa consigna de “fazer dois, três vietnãs”, Che via um ponto estratégico em comum: a tese de que a guerrilha, para ser vitoriosa, tinha que sair das cidades. Por isso, ele saiu clandestinamente de Cuba no final de 1965 e, depois de uma passagem pelo Congo, tentou articular uma guerrilha nas selvas bolivianas.

Nesse período, entre 1965 e 1967, o francês Régis Debray era uma espécie



de relações-públicas de Che, não só viajando pelo mundo e estabelecendo os contatos necessários para a luta armada, mas também divulgando teses revolucionárias em textos que foram fundamentais para boa parcela da esquerda revolucionária, também no Brasil. A referência fundamental aqui é o livro *Revolução na revolução*, publicado em 1967 (DEBRAY, 1967). Em Debray, a cidade era vista com extrema desconfiança. Por vários motivos: nas cidades, proliferavam as intrigas políticas, as estruturas partidárias que teriam se tornado um estorvo à revolução; além disso, o aparato repressivo conhecia profundamente o espaço urbano e poderia, facilmente, eliminar eventuais lideranças (DEBRAY, 1967, p. 45); “a cidade – diz Fidel – é um cemitério de revolucionários e recursos”, cemitério de revolucionários devido à vida burguesa nos bares e cafés, às comodidades do consumo (DEBRAY, 1967, p. 47). Na floresta, ao contrário, mesmo o mais burguês se tornava proletário. A floresta, e suas exigências de companheirismo e sobrevivência, produzia um outro sujeito: o guerrilheiro: “a montanha proletariza os burgueses e camponeses e a cidade pode aburguesar até proletários.” Essas ideias não eram estranhas a Che Guevara, que considerava o guerrilheiro o mais alto tipo humano. Não só aquele que seria capaz de promover a luta armada, mas o embrião de um novo tipo de ser humano, a humanidade moral do socialismo.

Mas em seu Diário de guerra na Bolívia, Guevara trazia também um sentido de derrota para a luta na floresta. Traçando o percurso tomado para a formação de um núcleo guerrilheiro na floresta boliviana: com expedições, exploração de terreno, construção de abrigos e bases, tentativa de conhecimento da escassa população local (GUEVARA, 1968) ao mesmo tempo, o diário desenhava um percurso de isolamento, de derrotas, de mortes trágicas, de traições e deserções. Cercados pelos *rangers*, os guerrilheiros viam a floresta se converter de abrigo em terreno hostil, espaço que limitava as possibilidades de fuga e sobrevivência. Por exemplo, em meio ao cerco, as duas colunas, a liderada por Che e a liderada por Joaquín se separam e nunca mais se reencontram, apesar de ficarem se procurando mutuamente na selva.

Há mesmo um fala atribuída a Che, nesses momentos finais da guerrilha, em que ele teria dito aos companheiros que eles podiam tentar escapar, mas que ele ali permaneceria, como um animal a ser caçado na selva, destinado a morrer (PERICÁS, 2008, p. 107). Temos aqui figurações inversas entre Bolívia e Vietnam. No Vietnam, a floresta como abrigo, seu espaço labiríntico como um esconderijo, caminhos de fuga e possibilidades de ataques invisíveis ao inimigo. Na Bolívia, o cerco, o isolamento. Os povos da floresta do Vietnam se



sublevaram; na Bolívia, além de escassamente povoada, o que se encontrava nos poucos humanos da floresta era medo e indiferença frente aos guerrilheiros.

Publicado em 1971, o romance *Bar Don Juan*, de Antonio Callado explorava profundamente essa temática – do Che isolado na selva boliviana como um espectro assombrando e atraindo a esquerda revolucionária urbana; a floresta da luta armada como anseio, não somente em termos de estratégia política, mas como procura por uma outra vida (CALLADO, 1971). A história do livro se passa nos momentos do fim dos anos 1960, quando a repressão da Ditadura Militar começa a se mostrar mais violenta, com a prática sistemática da tortura. O próprio narrador se refere à esquerda do livro como “esquerda festiva”, uma esquerda que se reunia em bares, em arroubos retóricos sobre luta armada e revolução. Mas que seria confrontada com a violência da repressão e com as notícias do isolamento de Guevara na Bolívia. No livro, se os personagens brasileiros ficam remoendo dramas amorosos, feridas e um desejo irrefletido por ação, Che aparece como o guerrilheiro consumado, aquele que não duvida, não hesita. Mas isso tudo em contraste com sua derrota incomparável. De todo modo, há uma tentativa de fazer da morte de Che um exemplo, como se sua morte encerrasse uma lição de heroísmo e desprendimento.

O ARAGUAIA E A FORMAÇÃO DO GUERRILHEIRO

No final dos anos 1970, com o início da lenta e gradual abertura política, começaram a sair livros e reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia. O tom era de revelação de um segredo guardado a sete-chaves, já com as denúncias de violações aos direitos humanos cometidos pela Ditadura Militar, mas também tingido pelos aspectos de exotismo e sublime que marcaram a imagem da Floresta Amazônica na tradição intelectual brasileira, o “inferno verde”. Já em 1978 saía uma das reportagens pioneiras sobre a guerrilha (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978), com depoimentos de guerrilheiros, militares e indígenas. A publicação vinha também como uma denúncia da situação da Amazônia naqueles anos, depois da guerrilha. José de Souza Martins trazia, na Apresentação, a ideia era a de que a guerrilha não poderia ser compreendida sem um estudo do seu espaço geográfico (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978, p. 9). A publicação não tratava a guerrilha como um fato isolado, um mero enfrentamento entre esquerda armada e Ditadura Militar, sem substância social. Era esse o mesmo teor do depoimento de José Genoíno



na publicação, a tese de que a Guerrilha do Araguaia não era um projeto de um grupo isolado que se acreditava capaz de revolucionar o país, e sim a tentativa de instauração de uma guerra popular, a partir das condições sociais específicas da região escolhida (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978, p. 27-45).

Perseguido pela Ditadura Militar devido à sua atividade estudantil, Genoíno teria se deslocado para o sul do Pará, numa decisão irreversível. Sairia dali preso, nas primeiras operações de combate. Ali, segundo seu depoimento, teria uma vida mais disciplinada do que a das cidades: horários regrados, estudos, treinamentos. Ao mesmo tempo, procurava entender a população local, aprendendo seu vocabulário, suas práticas e seus cultos – como o terecô. O quadro social era deplorável, miséria, doenças, conflitos de terras. Para a preparação da luta, Genoíno teria ficado no destacamento de Osvaldão, que se tornaria conhecido como a principal liderança da guerrilha.

Nessa luta, a selva seria, nas palavras de Genoíno, “o nosso refúgio”. Na floresta se daria uma verdadeira transmutação subjetiva do guerrilheiro. A vida na floresta vinha acompanhada de uma nova formação moral. Aprender a sobreviver, a caçar, a se orientar na selva, a se camuflar, a caminhar sem deixar rastros, era mais do que dominar aquele espaço, era tornar-se um “combatente a serviço do povo”, na ideia vietcong de viver junto, comer junto, trabalhar junto.

Essa leitura de Genoíno não era apenas uma elaboração posterior aos acontecimentos. Era muito semelhante à carta do guerrilheiro “Flávio” a seus pais, em documento apreendido pelo Exército (CARTA..., 1972). Nessa carta, o guerrilheiro comentava o início dos confrontos militares, além da sobrevivência na selva. “Flávio” dizia que já conhecia bem a mata, sendo capaz de cruzar de um ponto a outro, entre mais de vinte quilômetros de distância.

Somente uma ideologia justa e a certeza da vitória de nossa luta pode fazer isto. Transformar um homem da cidade, num homem do campo, que derruba imensas árvores a golpes de machado, que trata de roças, que tem suas mãos calejadas do trabalho duro e árduo do homem pobre do interior e que domina a selva como um experiente mateiro. - A mata. é nossa segunda, mãe! As selvas do sul do Pará, norte de Goiás e oeste do Maranhão, deixaram de ser aquela coisa impenetrável, densa e misteriosa como apresentava ser ao observador inexperiente. Agora, é a nossa grande amiga. Limpa e avarandada, frondosa e boa com suas árvores gigantescas e águas amarelo ouro, desde a segurança contra as tropas inimigas



que nela não conseguem penetrar, até a alimentação farta de carne de veado, anta, caititu e porcão, onça, gorgo e guariba, mutum, jacu, jacubin e jacamim, tamanduá, jaboti, tatu, paca, cotia, etc. e ainda palmito, coco babaçu, castanha do Pará, frutas as mais diversas e mel de abelha. Tudo isto a selva nos proporciona. - A mata é nossa segunda mãe. Repetimos sempre (CARTA..., 1972).

Segunda mãe: metáfora rica de sentidos, em que se vê uma floresta fecunda, doadora de vida e, nesse sentido, transformadora. Ou seja, não apenas o espaço concebido e abstrato militar imposto sobre a floresta, mas um espaço que, através das experiências de vida que oferecia, adquiria um estatuto simbólico de produtor de novas subjetividades.

Os soldados do Exército, por sua vez, ao menos segundo o relato da carta, temiam – temiam o confronto com os guerrilheiros, temiam a mata. Essa carta exprimia o otimismo depois dos primeiros confrontos da Guerrilha do Araguaia. Lógico que tudo mudaria com as próximas situações, sobretudo a operação de extermínio que pôs fim à guerrilha entre o final de 1973 e começo de 1974, mas dessa fase final não restaram sobreviventes, sendo poucos os testemunhos. O próprio “Flávio”, Ciro Flávio Salazar de Oliveira, consta entre os desaparecidos da guerrilha.

Imagens semelhantes, sobre a floresta e a guerrilha, podem ainda ser encontradas no Diário da Guerrilha, publicado em 1979, com apresentação de Clóvis Moura. (MOURA, 1979). Ali, a floresta é descrita como monótona, mas repleta de grotas, de caminhos tortuosos, de animais os mais variados, numa infinidade de galhos e raízes entrelaçados que faziam uma pessoa se perder, mesmo conhecendo bem o terreno. Mas a população local, indígenas, caçadores, conheceriam os segredos da floresta e poderiam ser uma fonte de aprendizado (MOURA, 1979, p. 28). Taís de Moraes e Eumano Silva, por exemplo, falam de uma enorme castanheira derrubada na mata, cujo tronco tinha sido cortado de modo a permitir a entrada de uma pessoa. Oca por dentro, a árvore funcionava como guarita no meio da floresta, com pequenos buracos na altura dos olhos e um ponto para a passagem de um cano de arma. Bitucas de cigarro denunciavam aos militares seu uso frequente (MORAES, SILVA, 2005, p. 230).

Sobre o medo dos soldados, relatos sobre Osvaldão, principal líder da guerrilha, apontam para uma outra dimensão da floresta como espaço social da guerrilha: o vislumbre de uma outra cosmologia, diferente da Ocidental moderna em que a natureza é vista como um obstáculo ou mesmo uma espécie



de mecanismo sem alma, regulado por padrões e leis. Nessa outra cosmologia, a floresta é habitada por várias formas de vida, repleta de outros sujeitos, além dos humanos. Fernando Portela, por exemplo, remete à fala de um oficial, segundo o qual os soldados eram “de famílias humildes” do Norte e por isso temiam, além da floresta e dos guerrilheiros, “Saci, Mãe de Fogos, Lobisomem” (PORTELA, 1979). O tom de desprezo fica evidente. Mas o oficial prosseguia: aqueles seres humildes e crédulos pensavam que Osvaldão era imortal. A população local, segundo Portela, acreditava que Osvaldão era protegido pelos espíritos da mata, por isso, quando de sua execução os militares fizeram questão de sobrevoar os povoados da região com seu corpo exposto num helicóptero (PORTELA, 1979, p. 21).

Na mesma toada, Bernardo Joffily diz que Osvaldão instrumentalizava esses medos em ações de guerra psicológica, fazendo barulhos noturnos, deixando recados ameaçadores nas árvores (JOFFILY, 2008, p. 9). Osvaldão viveu na região por sete anos, vivendo como garimpeiro e mariscador. Conhecia a floresta profundamente, por exemplo, guiando-se por um enxame de mosquitinho tatuquira para saber onde se escondeu um tatu. Prevendo a aproximação de uma cheia pela movimentação das aves que comiam os insetos que escapavam das grotas (JOFFILY, 2008, p. 43). Fernando Portela cita um depoimento de M. que era criança na época da guerrilha, segundo o qual Osvaldão era encantado, podia se transformar no animal que quisesse (PORTELA, 1979, p. 126). Relata-se também que Osvaldão sabia despistar, usando, por exemplo, os calçados ao contrário, para indicar aos seus perseguidores a direção oposta da que realmente tomara, imitando o Curupira (MORAES, SILVA, 2005, p. 296).

Ainda sobre esses aspectos, na apresentação de *Guerrilha do Araguaia*, José de Souza Martins dizia que:

Em toda parte, em lugares muitíssimo distantes de Xambioá ou Marabá, podia-se e pode-se ainda observar a mesma resistência obstinada dos posseiros em deixar a sua terra, sua última esperança, sua ‘bandeira verde’ das profecias do Padim Ciço. Este teria profetizado que seria necessário atravessar o Araguaia, buscar as ‘bandeiras verdes’, antes que fosse tarde. Um dia o Araguaia iria ferver e quem não tivesse passado não passaria mais. Além do que, previra para os primeiros anos da década de 70 o aparecimento do ‘capa verde’, o cão, dissimulado de amigo e conselheiro, fazendo a bondade e querendo a maldade, falando em paz e fazendo a guerra. Não há sertanejo que não conheça essas profecias em vastíssimas regiões da Amazônia. A guerra de 72 a 74 no Araguaia



não foi para eles nenhuma novidade. Há três décadas ela era esperada. (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978, p. 11).

Mas o quadro da guerrilha não fica completo se não atentarmos para as operações da Ditadura Militar. Em primeiro lugar, promoviam-se mudanças na região. A United States Steel Corp. começava a estudar a floresta para prospectar o que viria a ser a megaprovíncia mineral de Carajás, nas bordas da área da guerrilha (JOFFILY, 2008, p. 47). Em 1970, com uma forte seca no nordeste a Ditadura optaria pela construção da transamazônica, “abrir a terra sem homens da Amazônia para os homens sem terra do nordeste” (JOFFILY, 2008, p. 48). Militarmente, as Forças Armadas realizaram três grandes operações na região. Nas duas primeiras, os guerrilheiros teriam sobrevivido se abrigando na mata. Mas a terceira operação, a Marajoara, seria precedida por um cuidadoso levantamento de informações na região, com agentes disfarçados de civis. A Operação Marajoara, iniciada a 07 de outubro de 1973, veio com a implantação do terror sobre a população local, com prisões e torturas, visando a impor um isolamento social aos guerrilheiros. Depois, eles foram encurralados na selva e exterminados. Napalm também foi jogado sobre a floresta.

É importante ainda notar que os militares, além de aprimorarem o treinamento na selva, recorreram a mateiros da região na caçada aos guerrilheiros (fosse por meio de pagamento, promessas de recompensas ou ameaças e torturas). Um deles, o mateiro Arlindo Vieira, teria impressionado os homens do Exército (MORAES, SILVA, 2005, p. 496). Ele tinha um jeito peculiar de identificar as marcas na mata. Em poucos segundos, vendo uma pegada, dizia se a pessoa pisara ali ou não no mesmo dia. Olhando o mato à beira da trilha, dizia se alguém havia passado ali nas últimas horas. O mateiro explicou ao seu sobrinho Adailton Vieira Bezerra: no caso das pegadas, uma minúscula teia de aranha tinha se formado ali, sinal que demorava 24 horas para aparecer. No mato à beira do caminho, pequenos mosquitos pousavam nas folhas, ele acreditava que para se alimentarem do suor deixado por quem esbarrava nelas.

Temos aqui uma instrumentalização do espaço percebido, do espaço prático cotidiano, para os fins da Ditadura Militar. O espaço vivido e seu imaginário ficando restrito às anedotas sobre o medo dos soldados e o seu uso como instrumento de guerra psicológica por Osvaldão. Foi nesse mesmo intuito, de aproveitamento de um conhecimento íntimo da floresta pelos povos da região, que os militares forçaram o auxílio dos indígenas Suruí.



A outra floresta

Na apresentação de José de Souza Martins à reportagem *A guerrilha do Araguaia*, o autor afirmava que: “os índios suruí perderam definitivamente a sua inocência e relatam estarecidos a degola de um cadáver de guerrilheiro ou imitam deslumbrados o ruído da metralhadora.” (DÓRIA; BUARQUE; CARELLI; SAUTCHUK, 1978, p. 6). A imagem da perda da inocência remete a uma visão romântica sobre os indígenas, embora o próprio José de Souza Martins advertisse no mesmo texto que, quando se fala em expansão do capitalismo na Amazônia, não se deve ter em mente uma imagem romântica de heróis civilizadores, até porque a sujeição da natureza ao capital já existia antes, sob outras formas. A reportagem trazia um capítulo específico sobre os Suruí, “Os índios suruí contam o fim da guerra” (DÓRIA *et al.*, 1978, p. 55-56). Os Suruí foram recrutados à força devido ao seu profundo conhecimento da floresta enquanto espaço percebido, pouco importando sua cosmologia, aos olhos dos militares. Isso, a serviço da construção do espaço abstrato da estratégia militar.

A reportagem se baseava sobretudo nos relatos de Massu, um dos que teriam servido como batedor para a entrada das forças do Exército na selva. O recrutamento teria sido aprovado pela Fundação Nacional do Índio, a FUNAI, a pedido do general Antônio Bandeira. Os acontecimentos teriam traumatizado alguns indígenas, como Areni, que às vezes acordava nas madrugadas aos gritos. Outro indígena, Arecachu, teria carregado corpos decepados para os helicópteros militares.

Um relatório entregue à Comissão Nacional da Verdade, em 2014, traz mais informações sobre o que aconteceu aos Suruí naqueles anos (FERRAZ *et al.*, 2014). Segundo o relatório os Suruí carregam o estigma de terem sido colaboradores da Ditadura Militar. Esse estigma desconsidera que sua colaboração foi forçada, sob maus tratos, fome e militarização de suas aldeias. Os Suruí também testemunharam cenas de tortura de moradores, execução de guerrilheiros e mesmo o desaparecimento de seus corpos, que tinham sido enterrados próximo a uma de suas aldeias. Os guerrilheiros mesmos, por sua vez, ao escolherem a região do Bico do Papagaio para a luta armada, desconsideraram completamente a presença indígena.

É preciso ainda considerar que a estratégia da Ditadura Militar, no combate à guerrilha, era ampla. Não tinha apenas aspectos estritamente militares. A estratégia envolvia todo um programa de colonização, com aberturas de estradas, como a Transamazônica e a Perimetral Norte; obras da Ditadura



Militar que também marcam uma memória épica e mesmo nostálgica dos tempos do chamado milagre brasileiro (SOUZA; CORDEIRO, 2017). Isso, no binômio segurança e economia, ambos pautados por uma concepção abstrata de espaço social – porque era entendimento comum na Guerra Fria, até o fim dos anos 1970, que a precariedade econômica abria as portas de um país para a infiltração do tão temido comunismo.

Essa estratégia, forjada com base em práticas destrutivas – é importante considerar que a promoção de um espaço social abstrato implica violência contra outras formas de relação com os espaços vivido e percebido – vinha sendo denunciada, já durante a Ditadura Militar. Por exemplo, no livro *Vítimas do Milagre*, de Shelton H Davis (DAVIS, 1978). Embora a tese do autor fosse a de que as políticas violentas e mesmo genocidas contra os indígenas derivassem de motivos estritamente econômicos, e não militares. As doenças, a morte e o sofrimento humano imposto às populações indígenas seriam resultado de uma política de desenvolvimento (DAVIS, 1978, p. 15). Seria assim uma faceta do chamado “milagre econômico”. Numa das vertentes desse projeto colonizador, no começo dos anos 1970, Médici dizia que a ideia era levar os flagelados do Nordeste para a Amazônia: os “homens sem terra do Nordeste” ocupando as “terras sem homens” do Norte (DAVIS, 1978, p. 64). Política que teria prevalecido até 1974, sendo depois substituída pelo incentivo a formação de grandes propriedades, com capital estrangeiro (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 35).

A esquerda revolucionária daqueles anos abria algum espaço para denunciar a exploração irracional das florestas e as violências contra as populações indígenas. Embora, obviamente, sua ideologia fosse essencialmente modernizadora (seria muito afirmar, por exemplo, que havia algum tipo de consciência ecológica naquela esquerda). No livro clandestino escrito por presos políticos, *O livro chamado João* (FON FILHO, 2016), por exemplo, a política da Ditadura Militar relativa aos indígenas era nomeada como genocida, remetendo às frequentes falas de militares de que os indígenas não deviam atravancar o progresso nacional (FON FILHO, 2016, p. 226). As grandes estradas eram tratadas como propaganda fascista e falsa solução aos problemas sociais do país (FON FILHO, 2016, p. 213).

Mas uma coisa escapava tanto à leitura dos guerrilheiros quanto dos militares sobre os indígenas. A existência de outras cosmologias, em que a floresta recebe outros significados. Para os Suruí, uma dimensão fundamental de sua cosmologia é a questão da alteridade. (FERRAZ *et al.*, 2014, p. 47). A sociedade Suruí, ou Akewaera, define-se sempre em relação a um outro específico. O outro



não entendido como estrangeiro, exterior à identidade do grupo. Com as devidas diferenças, sobretudo o estatuto da guerra em sua cosmologia, encontramos algo semelhante nas histórias dos Yanomami em seus encontros com o Brasil da Ditadura Militar e depois. Nas falas do xamã Kopenawa, vemos uma outra ideia sobre a floresta, não como obstáculo à civilização, ou natureza inerte, submetida à domesticação pelas armas da modernidade. A floresta seria, ao contrário, habitada por múltiplas subjetividades, múltiplas formas de vida, que se definem exatamente pelas múltiplas relações de alteridade que estabelecem entre si, relações de afinidade e predação (KOPENAWA; ALEBRT, 2015). Nada de espaço abstrato, portanto.

O espaço abstrato aparece, na voz de Kopenawa, em certas práticas dos brancos, como o desenho de imagens nas peles de papel, mapas, apropriação da floresta, ação predatória de garimpeiros, bem como a construção de Perimetral Norte e seus espectros de doenças.

Então eu via os espíritos maléficos daqueles rezadores vindo de helicóptero em minha direção. Eles me ameaçavam e tentavam me matar. O Exército também estava contra nós naquela época. Queria retalhar nossa terra em pedaços para deixar entrar os garimpeiros. Então via as imagens dos espíritos soldados, com seus chapéus de ferro e seus aviões de guerra, tentando me pegar para me trancafiar e me maltratar. Meus espíritos *purusianari*, porém, rechaçavam os agressores com valentia. Esses *xapiri* são as imagens de guerreiros muito valentes, que também possuem armas de brancos. Eles desciam em meu sonho para combater os espíritos soldados (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 345).

Considerações finais

O intuito desse artigo é compor um mosaico de imagens, percepções e ideias sobre a floresta no Brasil da Ditadura Militar. Os conceitos que articulam essas figurações da floresta são os de espaço concebido, percebido e vivido. Isso, diante das projeções do espaço abstrato. Não se procurou aqui um sentido homogêneo para as florestas. Ao contrário, inspirado pela ideia da floresta de símbolos, a intenção é vislumbrar a complexidade desse espaço social. Diferentes atores o disputaram, não só em termos de ideias, mas também de conflitos abertos e violentos. Derivamos assim por questões de estratégia e tática, visões de militares e guerrilheiros sobre o espaço social da floresta. Os primeiros



submetendo a Floresta Amazônica aos imperativos violentos da abstração. Os guerrilheiros, por sua vez, ao mesmo tempo em que compartilhando a ideia da floresta como um espaço estratégico, vendo-a como um espaço capaz de produzir novas subjetividades, do militante urbano e mesmo da “esquerda festiva” para o combatente do povo. Ambos, militares e guerrilheiros revelando heranças da tradição intelectual que viu a floresta como espaço limite, além das fronteiras da História e da Civilização. Daí, ainda, a estratégia militar de lidar com a floresta como espaço a ser circunscrito, delimitado, controlado; e as estradas como essa conexão tanto econômica quanto de segurança, na abstração que se abateu sobre a floresta. Os indígenas, por sua vez, entram aqui como uma espécie de terceira voz, atingidos pela guerra que ali se travava, mas com uma cosmologia própria, diversa da dos guerrilheiros e dos militares.

A expressão “santuário de guerrilheiros” está na reportagem sobre a história da Guerrilha do Araguaia (DÓRIA *et al.*, 1978, p. 18). Na passagem em que essa expressão aparece a referência era sobre o fato de os guerrilheiros se internarem na mata, fugindo ao alcance dos militares, nas primeiras operações de combate à Guerrilha do Araguaia. A ideia remete à imagem da floresta como “segunda mãe”: provedora, fértil, conhecida com intimidade e mesmo produtora de guerrilheiros. Mas, nessa parte final do artigo, é importante lembrar que a floresta se tornou também espaço de desaparecimento de seus corpos. Em entrevista, o General Carlos Alberto da Fontoura, anos depois, recorreu à ideia da fecundidade da floresta para defender a tese de que é impossível encontrar os corpos dos guerrilheiros desaparecidos:

A ideia é dar uma satisfação à família. Mas é muito difícil. Quem vai se lembrar agora, no meio da floresta amazônica, onde está o João, o Pedro, a Maria, o Antônio ou o José? Não é possível pensar numa coisa dessa. Não entra na cabeça de ninguém! É uma provocação. Como vão achar na floresta amazônica cinquenta, sessenta ou cem mortos? Não vão achar. A não ser que alguém que esteja vivo se lembre, vá lá e encontre o lugar. Porque tudo deve estar modificado. A natureza, sobretudo na floresta, se modifica a cada passo, a cada ano, a cada década (FONTOURA, 2005, p. 40).

A ideia da produção de um outro sujeito revolucionário parece ter ficado naqueles tempos da guerra; hoje vemos com uma certa distância a ideia da floresta como espaço social produtor de guerrilheiros. Por outro lado, os



conflitos entre espaço abstrato, concebido, vivido e percebido prosseguem, como as notícias recentes sobre o garimpo nas terras Yanomami e a leitura dos indígenas como ameaça à integridade territorial do país no governo Bolsonaro demonstram. Estamos assim em outros tempos, mas as heranças daquele passado persistem.

No poema “Dentro da noite veloz”, sobre a morte de Guevara na Bolívia, Ferreira Gullar passou por todos os sentidos da floresta aqui comentados – o poema é de 1976 (GULLAR, 2000, p. 195-202). O poema começa fazendo uma conexão latino-americana: “na quebrada do yuro/ eram 13:30 horas/ (em São Paulo/ era mais tarde; em Paris anoitecera; / na Ásia o sono era seda). O que acontecia na quebrada do Yuro, o cerco de Che e os guerrilheiros que o acompanhavam, fazia parte de um único mundo em escala planetária, mas o poema tem uma certa ambiguidade, porque é como se a vida seguisse nesses outros locais, como se esse destino comum estivesse isolado nas florestas da Bolívia. O próprio poeta diz mais à frente: “Ernesto Che Guevara/ é chegada a tua hora/ e o povo ignora/ se por ele lutavas”.

A floresta aparece no poema em distintas camadas de sentido; em primeiro lugar, uma certa indiferença frente ao que lá acontecia: “as águas limpas batiam/ sem passado e sem futuro”, mais à frente o poeta diz: “Na quebrada do Yuro/ não era hora nenhuma/ só pedras plantas e águas”. Depois, sobre o corpo de Guevara sendo levado por um “helicóptero ianque”: “é o seu último voo/ sobre a América Latina/ sob o fulgor das estrelas/ que nada sabem dos homens”. Essa indiferença da floresta dá um certo tom trágico ao poema, o destino humano frente à indiferença cósmica. Mas a história irrompe na floresta: “até que um tiro/ explode em pássaros/ e animais/ até que passos/ vozes na água rosto nas folhas/ peito ofegando/ a clorofila/ penetra o sangue humano/ e a história/ se move”. O sangue se misturando à clorofila, o tiro que provoca uma revoada de pássaros, correria de animais; o que parecia inicialmente um cenário indiferente, mistura-se, e a floresta se humaniza, ao mesmo passo em que o humano é marcado pela floresta; sangue e clorofila se tornam a mesma coisa.

É depois disso que o poema faz uma digressão sobre a noite nos trópicos: veloz, profunda. E aqui, na noite tropical, os elementos se misturam completamente – a miséria, os cassinos, as mercadorias ianques, a violência; natureza e história se fundem, mas num espectro de horror, de abismo. Porém há ainda um outro movimento no poema, a partir da ideia de vida, vida que se manifesta de várias formas, de vegetais a animais humanos. Por exemplo: “sob a pele da treva, os frutos/ crescem”. Vê-se aí uma mudança de tom, mas já anunciado em alguns



momentos do poema, Che Guevara morto na Bolívia como um sujeito singular e ao mesmo tempo qualquer um; a natureza inicialmente indiferente, mas ligada ao destino humano pela vida que insiste, obstinada, em pulsar: “a vida muda como a cor dos frutos/ lentamente/ e para sempre”. Assim, o que parecia antes um cenário atemporal ganha uma duração. A vida passa a ser sentida como criação, metamorfose, ainda que lenta e quase imperceptível: “e é tempo todo tempo/ mas/ não basta um século para fazer a pétala/ que um só minuto faz/ ou não/ mas/ a vida muda/ a vida muda o morto em multidão”. A floresta assim configura um tempo complexo, de lentas maturações, mas também de súbitas irrupções. A imagem da pétala sintetiza essas imagens complexas sobre a floresta, a pétala sendo produto de uma evolução natural, lenta, imemorial, mas irrompendo repentinamente à luz do dia. Aqui a pétala é mais do que uma metáfora: o próprio tempo da história é repensado como essa pétala, uma aposta no tempo da vida.

Referências

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Exército. *Contra guerrilha na selva*. 1975. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html> acesso em 18/02/2023. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Exército. *Manual de campanha: guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Exército, 1968.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Identidades inconclusas no Brasil do século XX. Fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e ressentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: EdUnicamp, 2001. p. 403-429.

BURCHETT, Wilfred. *Vietnam: a guerrilha vista por dentro*. Trad. Daniel Campos. Rio de Janeiro: Record, 1967.

CALLADO, Antonio. *Bar Don Juan: romance*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CALLADO, Antonio. *Vietnã do Norte: advertência aos agressores*. Esqueleto na



Lagoa Verde. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARTA a meus pais. [S. l.]: Arquivo Nacional, 1972. Documento apreendido pela 3ª Brigada de Infantaria. De terroristas que agem na região do Pará. Fundo Taís de Moraes, BR_DFANBSB_VAY_0036_d.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia; EdUSP, 1983.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Trad. Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. Lisboa: Casa de Las Americas, 1967.

DESCOLA, Philippe. *Outras naturezas, outras culturas*. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. *A guerrilha do Araguaia: história imediata 1*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando; SURUÍ, Tiapé; SURUÍ, Ywynuhu (org.). *O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia*. 2014. Relatório entregue a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2098%20-%2000092_000950_2014_66.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023.

FON FILHO, Aton. *A repressão militar-policia no Brasil: o livro chamado João*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Entretempos: mapeando a história da cultura brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

FONTOURA, Carlos Alberto da. *Carlos Alberto da Fontoura (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista626.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaias; PONCE, J. A. de Granville (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.



FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUEVARA, CHE. *Che Guevara na Bolívia: Diário*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã, 1968.

GULLAR, Ferreira. *Toda poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: EdUNESP, 2009.

JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo. 1969-1975*. São Paulo: EdUSP, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Trad. Emilio Martinez. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LYRA, Augusto Tavares de. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

LYRA, Augusto Tavares de. *Vida de quartel: o exército brasileiro visto pelo seu ministro*. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968.

MEIRA MATTOS, Carlos. A geopolítica e a teoria da forma e espaço dos Estados. *Revista Militar Brasileira*, Brasília, v. 105, p. 29-58, jul./dez. 1974.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008.

MERRIFIELD, Andy. Henri Lefebvre: a socialist in space. In: CRANG, Mike; THRIFT, Nigel (ed.). *Thinking space*. New York: Routledge. 2010, p. 167-182.

MORAES, Taís Moraes; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOURA, Clóvis. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.



PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia*. São Paulo: Xamã, 2008.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

SCHMINK, Marianne; WOOD Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Trad. Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: EdUFPA, 2012.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: Memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1988.

SOUZA, César Martins de; CORDEIRO, Janaína Martins. Vozes da Transamazônica: memória e história dos anos Médici nos recônditos da Amazônia. In: DELLAMORE Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (org.). *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 85-106.

Notas

¹Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília. ORCID: 0000-0002-7925-1536.